



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS**

**PROJETO DE LEI Nº 013 /2007.**

### **AUTORIZA REALIZAR CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS.**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover procedimento licitatório na modalidade de concorrência pública para concessão dos serviços de Água e Esgoto no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º A concessão dos serviços mencionados no art.1º dar-se-á em observância aos ditames da Lei Federal 8.666/93 c/c a Lei Federal 8.987/95.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 28 de fevereiro de 2007.

**LEONE MACIEL FONSECA**  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

**MENSAGEM Nº 012 /2007.**

**AUTORIZA REALIZAR CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA  
CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO  
MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.

A proposição de lei que a esta se acosta, pretende a autorização legislativa para o Município de Sete Lagoas realizar concorrência pública para concessão dos serviços de água e esgoto no Município de Sete Lagoas, em observância ao inciso VII do art. 35 c/c o §2º do art. 136 da Lei Orgânica Municipal.

Inicialmente ressaltamos que a Administração Municipal tem como responsabilidade garantir a qualidade da prestação dos serviços de interesse público ou de utilidade pública no âmbito do Município.

Percebe-se então, a importância de buscar meios de inovar e aprimorar a execução dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sendo este um serviço essencial aos munícipes.

Assim, sendo obrigação do Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão os serviços públicos de interesse local e tendo em vista as dificuldades financeiras enfrentadas pela autarquia autorizada a executar as atividades em questão no momento atual, percebe-se a importância da realização de concorrência pública para a participação de interessados que apresentem propostas para promover maior eficiência do serviço.

Ademais, trata-se de medida de caráter essencial que visa desenvolver uma abertura para novos investimentos que buscarão organizar, aperfeiçoar e dinamizar o serviço, facilitando o cumprimento das obrigações e atribuições existentes e resguardando os interesses da demanda.

Informamos ainda que esta proposição visa viabilizar o atendimento das disposições constantes da Deliberação Normativa nº 096 do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, que determina a todos os municípios de Minas Gerais que implantem um sistema de tratamento de esgoto eficiente e que atendam, no mínimo, a 80% da população urbana. Através da DN nº 096, os municípios foram classificados em sete grupos, de acordo com o número de habitantes e a rede coletora de esgoto e com base na classificação proposta. O prazo de cada etapa do licenciamento ambiental é diferenciado com a classificação, tendo sido firmado como limite para que Sete Lagoas esteja livre dos lançamentos dos esgotos in natura nos cursos d'água o mês de abril de 2010.

Além das exigências acima mencionadas, o Município deverá cumprir o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, em anexo, que prevê as diretrizes para o saneamento básico, além de outras medidas como a Política Federal de Saneamento, à qual os Municípios devem adaptar-se para receber recursos federais.

Desta maneira, fica comprovada a necessidade de mudanças para ampliar a qualidade do serviço e atender às previsões legais; assim, solicitamos aos nobres edis a apreciação e conseqüente aprovação do Projeto de Lei em comento e ao ensejo apresentamos a todos votos de apreço e consideração.

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 28 de fevereiro de 2007.

**LEONE MACIEL FONSECA**  
Prefeito Municipal